

SERVIÇOS PÚBLICOS SOB ATAQUE

O TTIP, o CETA e o conluio secreto entre os grupos de pressão empresariais e os negociadores comerciais



Sumário executivo

Os serviços públicos na União Europeia (UE) estão sob ameaça por parte das negociações comerciais internacionais que colocam em perigo a capacidade dos governos de regular e os direitos dos cidadãos de aceder a serviços básicos como a água, a saúde e a energia em prol dos lucros empresariais. O acordo CETA (Acordo Económico e Comercial Global Canadá-União Europeia) entre a UE e o Canadá, cuja ratificação poderá ter início em 2016, e o tratado TTIP (Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento), que está a ser negociado com os Estados Unidos, constituem o culminar de tais esforços. No pior cenário, poderiam fixar os serviços públicos num regime de comercialização impossível de reverter, por mais prejudiciais que fossem os resultados para o bem comum e o sistema de proteção social.

Este relatório lança alguma luz sobre o conluio secreto entre as grandes empresas e os negociadores comerciais na elaboração dos acordos comerciais internacionais da UE. Demonstra a agenda agressiva das empresas de serviços no que respeita ao TTIP e ao CETA, exercendo pressão no sentido de uma abertura do mercado de grande alcance em áreas como a saúde, os serviços culturais e postais e a água, o que lhes permitiria entrar nos mercados e dominá-los. Revela ainda de que forma os responsáveis pelas negociações comerciais da UE estão a estender o tapete vermelho ao setor privado dos serviços, tanto com o acordo CETA, consolidado e publicado em Setembro de 2014, assim como as versões provisórias de capítulos do TTIP e documentos de negociação interna que refletem as listas de pretensões dos grupos de pressão empresariais.

Principais conclusões:

- O TTIP e o CETA revelam claros sinais de estarem a ser influenciados pelos mesmos grupos de pressão empresariais que trabalham na área dos serviços que foram construídos ao longo das últimas décadas durante conversações comerciais anteriores**, como o grupo de pressão empresarial mais poderoso da UE, a BusinessEurope, e o Fórum Europeu dos Serviços, uma organização de pressão que reúne associações empresariais, bem como grandes empresas, como a British Telecommunications e o Deutsche Bank.
- A relação entre o setor e a Comissão Europeia é bidirecional, sendo que a Comissão incentiva ativamente o exercício de pressão por parte das empresas em torno das suas negociações comerciais**. Este aspeto tem sido caracterizado como “exercício de pressão inverso”, ou seja, “a autoridade pública exerce pressão sobre as empresas para que estas o façam sobre si mesma”. Pierre Defraigne, fala de um “conluio sistémico entre a Comissão e os círculos empresariais”.
- O grupo de pressão empresarial alcançou um enorme sucesso na medida em que o CETA está prestes a tornar-se no primeiro acordo da UE com a abordagem da “lista negativa” no que se refere aos serviços**. Tal significa que todos os serviços estão sujeitos a liberalização a menos que seja integrada uma exceção explícita. Este acordo marca uma divergência radical das listas positivas utilizadas até à data nos acordos comerciais da UE que contêm apenas os serviços que os governos concordaram em liberalizar, não afetando outros setores. A abordagem da lista negativa amplia

drasticamente o âmbito de um acordo comercial já que os governos assumem compromissos em áreas que podem nem sequer conhecer, como novos serviços a emergir no futuro. O mesmo pode acontecer com o TTIP, na medida em que a Comissão está a pressionar os Estados-Membros da UE a aceitarem a mesma abordagem arriscada, para satisfazer as exigências do grupo de pressão empresarial.

4. **As grandes empresas têm exercido pressão, com sucesso, contra a isenção dos serviços públicos no CETA e no TTIP, já que ambos os acordos se aplicam a praticamente a todos os serviços.** Existe apenas uma isenção geral bastante limitada relativa a serviços “prestados durante o exercício da autoridade governamental”. Contudo, para beneficiar desta isenção, um serviço deve ser prestado “sem fins comerciais nem em concorrência com um ou mais operadores económicos”. No entanto, hoje em dia, em praticamente todos os setores públicos tradicionais existem empresas privadas que atuam lado a lado com as empresas públicas, o que resulta frequentemente numa forte concorrência entre si. Este aspeto limita efetivamente a isenção da autoridade governamental a algumas funções de soberania básicas, como a aplicação da lei, o sistema judiciário ou os serviços de um banco central. Problemas semelhantes aplicam-se à chamada isenção dos “serviços públicos”, que reserva apenas o direito dos Estados-Membros da UE de sujeitarem determinados serviços a monopólios públicos ou a direitos exclusivos: contém tantas lacunas que também não pode garantir uma proteção adequada aos serviços públicos.

5. **A maior ameaça aos serviços públicos reside provavelmente nas disposições de proteção ao investimento de longo alcance salvaguardadas no CETA e também previstas para o TTIP.** Ao abrigo de um sistema designado por resolução de litígios entre o investidor e o Estado (ISDS, na sigla em inglês), milhares de grandes empresas americanas e canadianas (bem como multinacionais com sede na UE que estruturam os seus investimentos através de filiais no outro lado do Atlântico) poderiam processar a UE e os seus Estados-Membros por alterações regulamentares no setor dos serviços que diminuam os lucros empresariais, o que poderia conduzir a

pagamentos no valor de vários milhares de milhões de euros por indemnização. As políticas que regulamentam os serviços públicos, desde a fixação de preços máximos para a água à reversão das privatizações, já foram alvo de reclamações ao abrigo do ISDS.

6. **As diferentes reservas e isenções no CETA e no TTIP são inadequadas para proteger eficazmente o setor público, bem como a tomada de decisão democrática sobre a forma de organizá-lo.** É o que se verifica em especial com as exceções, que geralmente não se aplicam às normas de proteção do investimento mais perigosas e ao ISDS, tornando as regulamentações em setores de serviços públicos sensíveis, como a educação, a água, a saúde, a proteção social e as pensões, propensas a todo o tipo de ataques dos investidores.

7. **A Comissão Europeia segue as exigências do setor no sentido de blindar as liberalizações e privatizações presentes e futuras de serviços públicos, através, por exemplo, dos perigosos mecanismos de “manutenção da situação vigente” e “mecanismo de retenção”,** mesmo quando decisões passadas se revelaram fracassos. Esta tendência poderá ameaçar a crescente tendência da “remunicipalização” dos serviços de abastecimento de água (na Alemanha, em Espanha, em França, na Hungria, na Itália e na Suécia), das redes de energia (na Alemanha e na Finlândia) e dos serviços de transportes (em França e no Reino Unido). Uma inversão de algumas das privatizações fracassadas do Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido com o objetivo de reforçar os prestadores de cuidados de saúde sem fins lucrativos poderia ser encarada como uma infração ao CETA/TTIP, assim como poderia acontecer com as nacionalizações e novas regulamentações no setor financeiro, como as que tiveram lugar durante a crise económica.

8. **A cedência às exigências das empresas por um acesso ilimitado a contratos públicos poderia restringir a capacidade de os governos apoiarem prestadores de serviços locais e sem fins lucrativos e fomentarem a subcontratação de empregos no setor público a empresas privadas,** cujos funcionários são frequentemente forçados a realizarem o mesmo trabalho com salários mais baixos e piores condições laborais. Ao abrigo do CETA, os governos já comprometeram vários setores à realização de concursos transatlânticos

obrigatórios quando pretenderem adquirir bens e serviços, o que é um meio eficaz de privatização mediante a transferência gradual de serviços públicos para prestadores de serviços com fins lucrativos. Os grupos de pressão americanos como a Alliance for Healthcare Competitiveness (AHC) e o governo americano pretendem baixar drasticamente os limiares para os concursos transatlânticos previstos no TTIP.

9. Tanto o CETA como o TTIP ameaçam liberalizar a saúde e os serviços sociais, dificultando a adoção de novas regulamentações no setor.

A oferta de serviços TTIP no Reino Unido inclui explicitamente serviços hospitalares. No texto do CETA e em versões recentes do TTIP, nada menos do que 11 Estados-Membros da UE liberalizam os cuidados de longo prazo como os cuidados ao domicílio prestados aos idosos (Alemanha, Bélgica, Chipre, Espanha, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Reino Unido). Isto poderia criar obstáculos a medidas que protegem o setor dos cuidados de longo prazo contra estratégias de desmembramento de ativos por parte de investidores financeiros como as que provocaram o colapso da Southern Cross no Reino Unido, por exemplo.

10. O texto provisório mais recente da UE no que se refere aos serviços TTIP restringe severamente a utilização de obrigações de serviço universal e reduz a concorrência por parte dos operadores postais públicos, refletindo os desejos das grandes empresas de correio expresso, como a UPS ou a FedEx. As obrigações de serviço universal, como a entrega diária de correio em áreas remotas sem custos extra, visam garantir o acesso universal a serviços básicos a preços acessíveis.

11. O TTIP e o CETA ameaçam limitar a liberdade das empresas de serviços públicos de produzirem e distribuírem energia de acordo com o interesse público, através, por exemplo, do apoio às energias renováveis como forma de combate às alterações climáticas. Muito poucos Estados-Membros da UE reservaram explicitamente o seu direito de adotar certas medidas relativas à produção de eletricidade (apenas a Bélgica, a Eslováquia e Portugal) e às redes locais de distribuição de energia (entre os quais a Bélgica, a Bulgária, a Eslováquia e a Hungria) nos acordos comerciais.

12. Os EUA estão atentos à abertura do mercado da educação através do TTIP, desde formações em gestão e cursos de línguas a testes de admissão ao ensino secundário. As empresas americanas de formação presentes no mercado europeu, como a Laureate Education, o Apollo Group e o Kaplan Group, poderiam beneficiar tanto como o conglomerado da comunicação social alemão Bertelsmann, que adquiriu recentemente uma participação na Udacity, empresa que presta serviços de formação online com sede nos EUA. A Comissão Europeia perguntou aos Estados-Membros da UE quais as suas “potenciais flexibilidades” sobre o pedido dos EUA relativo aos serviços de educação.

13. A indústria cinematográfica dos EUA pretende que o TTIP remova as quotas de conteúdos europeus e outros sistemas de apoio à indústria cinematográfica local (por exemplo, em Espanha, em França, na Itália e na Polónia). Por conseguinte, grupos de pressão como a Motion Picture Association of America (MPAA) e o governo americano opuseram-se à exclusão dos serviços audiovisuais do mandato do TTIP na UE, defendida pelo governo francês. Estão agora a tentar limitar a exceção o máximo possível, através, por exemplo, da exclusão da radiodifusão do conceito de serviços audiovisuais, aparentemente com o apoio de grupos industriais da UE, como a BusinessEurope, e da Comissão Europeia.

14. Investidores financeiros envolvidos nos serviços públicos europeus, como a BlackRock, poderiam utilizar as disposições do TTIP e do CETA relativas aos serviços financeiros e à proteção do investimento para defender os seus interesses contra regulamentações “pesadas”, através, por exemplo, da melhoria das condições de trabalho no setor dos cuidados de saúde de longa duração. Grupos de pressão como o TheCityUK, que representam o setor dos serviços financeiros com sede no Reino Unido, estão a pressionar fortemente no sentido de um TTIP “abrangente”, que “deveria cobrir todos os aspetos da economia transatlântica”.

15. As empresas de serviços americanas estão também a exercer pressão para que o TTIP combata as “barreiras comerciais” como as regulamentações do trabalho. Por exemplo, a empresa americana Home Instead, uma das principais prestadoras de

serviços de cuidados ao domicílio para idosos que conta com vários franchisados em diversos Estados-Membros da UE, pretende que o TTIP aborde “leis do trabalho inflexíveis” que a obrigam a oferecer aos seus funcionários a tempo parcial “um extenso pacote de benefícios, incluindo férias pagas”, o que, segundo a empresa, “inflaciona desnecessariamente os custos dos cuidados ao domicílio”.

O que está em jogo em acordos comerciais como o TTIP e o CETA é o nosso direito a serviços vitais mas não só. É também a nossa capacidade de gerir serviços de todos os tipos para benefício da sociedade em geral que está sob ameaça. Se seguirem o seu livre curso, as negociações comerciais acabarão por

impossibilitar a implementação de decisões para o bem comum.

Uma medida que poderia proteger eficazmente os serviços públicos do grande ataque comercial seria uma exclusão total e inequívoca de todos os serviços públicos de quaisquer acordos e negociações comerciais da UE. Contudo, tal exclusão não seria certamente suficiente para anular as muitas outras ameaças colocadas pelo CETA e pelo TTIP, já que muitas mais disposições colocam em perigo a democracia e o bem-estar dos cidadãos. Enquanto o TTIP e o CETA não protegerem a capacidade de regulamentar tendo em conta o interesse público, terão de ser rejeitados.



Publicado pelos seguintes organismos: Association Internationale de Techniciens, Experts et Chercheurs (AITEC), Corporate Europe Observatory (CEO), European Federation of Public Services Unions (EPSU), Instytut Globalnej Odpowiedzialności (IGO), Transnational Institute (TNI), Vienna Chamber of Labour (AK Vienna) e War on Want

Amsterdão / Bruxelas / Londres / Paris / Viena / Varsóvia, Outubro de 2015

